

“ISSO TE TORNA MAIS HOMEM?” REFLEXÕES SOBRE A HOMOFOBIA E A MISOGINIA A PARTIR DA CATEGORIA ANALÍTICA DE GÊNERO

Vilmar Pereira de Oliveira¹

RESUMO: O presente artigo discorre acerca da construção social da masculinidade e da violência dirigida aos homossexuais e às mulheres. Utilizando algumas contribuições do conceito de *gênero* tributário do movimento feminista e acolhido pela Psicologia Social, reflete-se sobre como o homem na expressão de sua virilidade, muitas vezes externaliza as suas dificuldades em atos de preconceito e violência direcionados aos homossexuais (homofobia) e/ou as mulheres (misoginia). Assim, o texto problematiza a violência como recurso utilizado pelos homens para demarcar a própria masculinidade e pontua, em contraposição, a construção de novos modos de ser homem que parecem querer se livrar dos encargos da virilidade. Por fim, apresenta-se a noção de homofobia internalizada, tomando como chave de reflexão o movimento realizado pelo sujeito que recorre à homofobia como forma de “esconder/disfarçar” a própria orientação sexual, problematizando este conceito ao se considerar as artimanhas da ordem compulsória da heteronormatividade na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Masculinidades. Homofobia. Misoginia. Gênero. Psicologia Social.

“DOES IT MAKE YOU MORE MAN?” REFLECTIONS ABOUT THE HOMOPHOBIA AND MISOGYNY TAKING GENDER AS AN ANALYTICAL CATEGORY

ABSTRACT: This article talks about the social construction of masculinity and violence directed at homosexuals and women. Utilizing some contributions from the *gender* concept proposed by the feminist movement and used by Social Psychology, reflections are made about the expression of male virility, in which some men externalize their difficulties in prejudice and violence acts directed at homosexuals (homophobia) and/or women (misogyny). Thus, the text discusses violence as a tool used by men to denote their masculinity and punctuates, in contrast, the construction of new ways to be a man that seem to want to get rid of the virility burden. Ultimately, it presents the internalized homophobia concept, taking as reflection-key the movement performed by the subject that uses the homophobia as a way to “hide/disguise” own sexual orientation, problematizing this concept when considering the tricks of the compulsory order of heteronormativity in contemporary society.

Keywords: Masculinities. Homophobia. Misogyny. Gender. Social Psychology.

Introdução: o que vem a ser gênero e o que a Psicologia tem a ver com isso?

Janeiro de 2017 e as manchetes de alguns jornais e portais de notícias anunciavam o assassinato de um jovem de 17 anos de idade. O crime, executado com requintes de crueldade é explicitado por uma narrativa que relata uma tragédia relacionada à intolerância. Itaberli Lozano foi morto pela própria mãe com a participação de três comparsas, entre eles o seu

¹ Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); psi.vilmar@gmail.com

padrasto. “Não aguentava mais ele” (sic.)², afirma a mãe que contratou dois homens para espancar o filho, e na sequência o matou a facadas, e, com a ajuda do marido, levou o corpo até um canal próximo à cidade Cravinhos, no interior de São Paulo, e ateou fogo. No interrogatório, além de detalhar como matou o jovem, a genitora relata um histórico de conflitos com o filho homossexual. Para o promotor que acompanhou o caso, não há dúvidas de que a motivação do crime seja homofóbica.

A morte do rapaz provocou uma comoção em escala nacional. Mas infelizmente não se trata de um caso único ou isolado. Os jovens pertencentes ao segmento da população composto pelas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) sofrem e há uma dificuldade da sociedade em acolhê-los e escutá-los em seu sofrimento. Assim, cresce o número de ataques violentos e de crimes dirigidos contra este grupo e, do mesmo modo, há um aumento do número de suicídios. Conforme dados publicados em relatório elaborado pelo Grupo *Gay* da Bahia (2017), no ano de 2016, 343 pessoas morreram no Brasil em decorrência da LGBTfobia³, sendo este considerado o ano com o maior número de registros de óbitos desde 1970. “Predominaram as mortes de LGBT entre 19-30 anos (32%), pessoas, portanto, na flor da idade produtiva. Menores de 18 anos representam 20,6%” (Grupo *Gay* da Bahia, 2017, p. 3). As vítimas são alvos de humilhações, hostilizações, ameaças e torturas, sendo que em grande parte dos casos os agressores são conhecidos. Ou seja, membros da própria família, ou grupos próximos (escola, trabalho, vizinhos, religião).

O assassinato de Itaberli chamou a atenção da sociedade especialmente pelo crime ter sido planejado e executado pela sua própria mãe, mas vale lembrar outros casos em que uma figura parental retirou a vida do filho. Um caso emblemático para a discussão desse artigo, aconteceu em fevereiro de 2014. O Crime também foi bastante noticiado, mas ao invés da trama apresentar o falecimento de um adolescente, foi um garoto de apenas oito anos de idade, na zona oeste do Rio de Janeiro, que perdeu a vida. Uma hemorragia interna provocada por espancamento foi a *causa mortis*. O agressor fora o próprio pai, que temia que a criança “se tornasse homossexual”. O progenitor alegou em depoimento à polícia que bateu no filho porque o mesmo não queria cortar o cabelo e confessou que agredia frequentemente o menino

² Veja. (2017). Brasil. “Não aguentava mais ele”, afirma mãe que matou e queimou filho. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/nao-aguentava-mais-ele-afirma-mae-que-matou-e-queimou-filho/>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

³ A estatística considera que tanto os homicídios como os de suicídios são consequências do mesmo crime: a LGBTfobia. O termo “LGBTfobia” tem sido utilizado na intenção de reconhecer que as experiências de violência e opressão sofridas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais possuem particularidades e distinções entre si. Contudo, na escrita desse artigo, a expressão “homofobia” não está sendo utilizada no sentido de “gayfobia” isto é, a homofobia direcionada exclusivamente aos homossexuais masculinos, emprega-se aqui um sentido que se aproxima da ideia geral de LGBTfobia.

para “ensiná-lo a virar homem”, “[...] o garoto gostava de dança do ventre, tinha o hábito de vestir as roupas das irmãs e gostava de lavar louça” (sic.)⁴ – atividades consideradas e atribuídas ao feminino, isto é, a criança não se enquadrava nos padrões do gênero masculino impostos e reconhecidos pela nossa sociedade.

Já deu para perceber que esses casos não são mesmos únicos, mas quiséramos que fossem os últimos. Teixeira Filho (2008) já demonstrava isto ao mencionar o caso ocorrido nos Estados Unidos, em 2005, no qual um pai, também temendo que o filho “viesse a se tornar homossexual”, empenhou-se em lhe ensinar a lutar boxe, com o intuito de, desta maneira, “ensiná-lo a virar homem” e acabou deixando o garoto em coma por quinze dias findados por óbito.

Por mais psicótica que essa história seja, aprendemos com ela algumas lições: todo delírio é coletivo, ou seja, é uma produção coletiva e jamais individual. Isso porque, nesse caso, nunca ouviremos uma história onde um pai irá matar seu filho por suspeitar de sua heterossexualidade; não se bate em uma criança para puni-la por sua heterossexualidade. (Teixeira Filho, 2008, p. 4).

Outros muitos casos, com as mais diversas formas de atos e violências, poderiam ser mencionados. Mas com isso já podem ser elencados dois pontos para discussão. O primeiro deles diz respeito à questão da homofobia em si. Isto é, o medo/preocupação que os genitores aludidos tinham em relação aos comportamentos dos respectivos filhos, julgando que estes não correspondiam as suas expectativas perante o que consideram como masculino. Tais crianças denotavam uma *orientação sexual* ou, mais adequadamente, uma *identidade de gênero* não desejada por seus pais. Imbricado a isso, tem-se o segundo ponto de reflexão: o emprego da violência na intenção de “masculinizar e regular condutas” – “tornar homem/ensinar a virar homem”. Assim se alcança a relação da violência/agressividade com o viril, com o que é ser homem, com a construção do “masculino”. E isso se dá de várias maneiras, desde o “ser violento/agressivo para mostrar/provar que sou homem”, até “espancar o meu filho para que ele não se torne uma mulherzinha”. Vislumbra-se a “repulsa ao feminino” na construção das masculinidades. Por ora, toma-se como ponto de partida, para o presente artigo, a distinção entre as noções de sexo/sexualidade/orientação sexual e gênero/identidade de gênero.

⁴ Meia Hora. (2014). *Plantão de Polícia: Matou o filho na porrada porque ele não quis cortar o cabelo*. Disponível em: <http://www.meiahora.ig.com.br/noticias/matou-o-filho-na-porrada-porque-ele-nao-quis-cortar-o-cabelo_8907.html>. Acesso em: 05 jun. 2014.

Sexo feminino ou sexo masculino: é assim que classificamos os nossos bebês quando do seu nascimento. Ou ainda dizemos: “é uma menina!” ou “é um menino” – aqui sim trazemos uma rede de significados simbólicos e expectativas sobre o que essas taxações querem dizer. Mas sexo não é a mesma coisa que gênero. Um indivíduo que nasceu com uma vagina não será necessariamente uma mulher, da mesma forma em que um indivíduo que nasceu com um pênis não será necessariamente um homem. Uma coisa não está colada à outra de modo em que uma determinaria a outra. Sexo não determina gênero. E assim, em geral, diz-se que o primeiro diz respeito ao biológico – é uma diferença físico-anatômica, cromossômica e de gametas reprodutivos; e o segundo é uma construção social – uma distinção performativa do que é ser mulher ou ser homem. Contudo, por mais didática que esta distinção possa parecer, há de se compreender que ela não é tão consensual⁵ quanto parece e que ambos os conceitos são construtos historicamente situados.

De acordo com Strey (1998), gênero, então, diz respeito a como uma sociedade transforma os seus indivíduos em mulheres ou homens. Entretanto, cada sociedade possui imagens prevaletentes de como mulheres e homens devem ser. “A construção cultural do gênero é evidente quando se verifica que ser homem ou ser mulher nem sempre supõe o mesmo em diferentes sociedades ou em diferentes épocas” (Strey, 1998, p. 183).

Segundo a autora, até meados do século XX, a temática “gênero” tinha pouca expressão no campo da Psicologia Social. Em geral, quando se recorria ao tema, este era empregado como sinônimo de sexo, indicando as diferenças encontradas, por meio de estudos de campo ou de laboratório, entre mulheres e homens. Para sair desse quadro foi necessário tanto o estabelecimento da chamada “crise da Psicologia Social” (a partir do fim da década de 1960), quanto às pressões dos crescentes movimentos feministas, que tiveram seu apogeu logo no início da década de 1970. Enquanto a crise da Psicologia Social estimulou a produção de novas abordagens teóricas, metodológicas e políticas, bem como atinou esse campo do conhecimento para outras e novas questões, práticas e intervenções; o movimento feminista inaugurou no âmbito científico uma nova forma de pensar e se posicionar diante de problemas sociais concretos (desigualdades, preconceitos, violências), ultrapassando os limites de uma elaboração intelectual puramente teórica. Desta forma, a temática ganhou uma

⁵ Como exemplo disso, para Butler (2016) se o gênero é um efeito da linguagem, um ato performativo (e, portanto, cultural) o sexo não pode ser considerado como uma mera noção naturalizada e colada ao biológico, ao anatômico, ao hormonal, ao cromossômico. Assim como o gênero, defende a autora, o sexo também é uma formação discursiva. “Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (Butler, 2016, p. 27).

nova importância não apenas para a Psicologia, mas para uma vasta gama de saberes interessados e comprometidos com a sociedade.

Embora atualmente “gênero” seja um conceito que perpassa os mais diversos âmbitos de estudo da Psicologia e de outras ciências, “tem íntima afinidade com a Psicologia Social, principalmente a Psicologia Social que lança seu olhar para a história, para a sociedade e para a cultura, não conseguindo entender o ser humano separado dessas instâncias” (Strey, 1998, p. 181). Já em relação ao movimento feminista, este pretendia que o uso do conceito ou categoria gênero transformasse os paradigmas e o modo que até então se fazia e se pensava a ciência. A tese defendida prega que

toda a sociedade possui um sistema de gênero: conjunto de arranjos através dos quais a sociedade transforma a biologia sexual em produtos da atividade humana e nos quais essas necessidades transformadas são satisfeitas. Este sistema incluiria vários componentes, entre outros a divisão sexual do trabalho e definições sociais para os gêneros e os mundos sociais que estes conformam. (Strey, 1998, p. 183-184).

Ao estabelecer um novo campo intelectual, o movimento feminista ajudou também, no que pode ser pensado como um “efeito colateral”, a fazer com que a ideia de gênero passasse a designar as mulheres, como uma espécie de sinônimo, uma vez que o seu emprego se referia e tratava com prioridade a mulher e as questões a ela relacionadas (violências, desigualdades, etc.). Contudo, deve ficar claro que desde sempre a intenção é que gênero se refere tanto as mulheres quanto aos homens. Constatação que é reforçada pelo fato de que não se pode pensar em um ignorando a existência do outro, isto é, para conhecer “[...] como são as mulheres, *socialmente construídas*, faz-se necessário [igualmente] saber sobre os homens, *socialmente construídos*” (Strey, 1998, p. 184).

Scott (1995) concorda com este raciocínio e confirma que o conceito de gênero foi criado para contrapor a ideia do determinismo biológico das relações entre os sexos, pontuando o seu caráter sociocultural. Para a autora a noção de gênero defende que as mulheres e os homens são definidos em termos recíprocos e não poderiam ser entendidos separadamente. Contudo, Scott propõe o uso do “gênero” de modo muito mais abrangente. A saber, contemplando a mulher e o homem em suas múltiplas conexões e relações de poder. Para a autora

a definição de gênero tem duas partes e vários subconjuntos. Eles são inter-relacionados, mas devem ser analiticamente distintos. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um

elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (Scott, 1995, p. 86).

Nesse sentido, tem-se, com Scott (1995), que “gênero” não é somente um termo com o qual podemos transformar sujeitos em substantivos (a mulher, o homem), ao mesmo tempo em que não deve ser pensado apenas em seu aspecto conceitual. Como dito pela historiadora, “aquelas pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história” (Scott, 1995, p. 71). A autora nos apresenta, então, gênero como uma *categoria analítica*, isto é, como uma abstração que se compõe a partir do que se coloca pela realidade e que orienta “a investigação de processos, procurando apreender as múltiplas determinações dos fenômenos e seus nexos, relações contraditórias, que não se manifestam diretamente” (Kahhale & Rosa, 2009, p. 26). A partir do gênero pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos; “o gênero, então, fornece um meio de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (Scott, 1995, p. 89). E adverte a autora, “o gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas” (Scott, 1995, p. 88), e desta forma, “[...] o gênero encontra-se implicado na concepção e na construção do próprio poder” (Scott, 1995, p. 88). Toma-se, então, gênero como uma categoria explicativa de fenômenos psicossociais. Assim, conforme pontuado por Strey, “o conceito de gênero deve estar presente quando estudamos desenvolvimento, trabalho, escola, família, personalidade, identidade, grupos, sociedade, cultura” (Strey, 1998, p. 185), dentre vários outros aspectos e âmbitos. Sua oferta é a de auxílio quando se trata da erradicação de situações e condições geradoras de desigualdades. Será, então, a estratégia de reflexão para se pensar, no presente artigo, sobre as *masculinidades*, a *homofobia* e a *misoginia*. Mas antes de adentrar nessa discussão, uma importante diferenciação ainda precisa ser feita.

Retomemos os casos dos “pais e filhos” mencionados no início do corrente texto. Os pais temiam que os filhos “virassem” ou fossem *gays* e reprovavam os comportamentos ditos femininos dos filhos. Enquanto a noção ao redor dos comportamentos tidos como femininos permeiam as contribuições já colocadas a partir da ideia de gênero – isto é, o que cada sociedade impõe para as suas mulheres e para os seus homens; o ser *gay*, diz respeito à *orientação do desejo sexual*, o que, mais uma vez, não está colado ao sexo biológico e ao

gênero. Conforme defendido por Scott (1995) o uso do “gênero” coloca a ênfase sobre o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado por ele e tampouco determina diretamente a sexualidade. Assim, do mesmo modo em que um sujeito que nasceu com um pênis, não será necessariamente um homem, este não será necessariamente heterossexual. O modo como um indivíduo se identifica dentro das *posições de gênero* (feminina ou masculina) – o que pode ser entendido por *identidade de gênero* – não lhe impõe, condiciona ou determina a sua orientação sexual – homossexual, heterossexual, bissexual... A regra parece ser simples, mas a complexidade humana não pode ser pensada como um quebra-cabeça em que as peças se encaixam de um único modo. Esta discussão será esclarecida à frente, e ela se faz possível à luz das teorias de gênero, pois como advertido por Torrão Filho (2005), “[...] o gênero se preocupa com a consolidação de um discurso que constrói uma identidade do feminino e do masculino que encarcera homens e mulheres em seus limites” (Torrão Filho, 2005, p. 136). Enquanto as mulheres, nesse sentido, parecem ser mais livres em suas fronteiras, os homens são os mais preocupados e cobrados a saberem até onde podem ir. Ou seja, diferentemente de como ocorre com os homens, as mulheres, mesmo sendo determinadas vezes cobradas diante de uma expectativa/padrão de feminilidade (ser delicada, usar vestido, tornar-se mãe), não são compulsoriamente convocadas a provar a todo o momento que são mulheres. Todavia, tal imperativo se coloca para os homens, tudo em prol de uma imagem masculina e viril, pela qual se deve zelar.

Masculinidades, Homofobia e Misoginia: o “ser homem macho/viril” e a repulsa ao que “soa feminino”

Se na sociedade atual, ser mulher é difícil, ser homem também o é. Claro que por razões diferentes, os “privilégios” de alguns têm sido o “enclausuramento” de outrem. Contudo, o que se quer chamar a atenção é que se o debate sobre gênero surgiu para tentar explicar as diferenças entre os sexos, ou melhor, entre mulheres e homens (como uma oposição binária), hoje o construto também auxilia a pensar em diferenças internas em ambas as categorias. Nesse sentido, hoje se fala em feminilidades e em masculinidades, assim, no plural, de modo a evidenciar a existência de vários modos de ser mulher e/ou de ser homem. Se o movimento feminista, ao introduzir a categoria de gênero para pensar as relações de poder e desigualdade existentes entre mulheres e homens, alterou os lugares e as identidades sociais das mulheres, também o fez em relação aos homens. Não é à toa que o homem atual parece querer se livrar dos encargos da virilidade. Entretanto, pode-se afirmar se tratar de um

processo que ainda está em movimento, que ainda está em fase de transição. O homem do início do século XXI encontra-se confuso diante de tais posicionamentos.

Fernandes (2011) chama a atenção para este fenômeno o qual ele se refere ora como “crise do macho”, ora como “crise do masculino”, ora como “crise de identidade masculina”.

Os termos podem ser muitos, mas a ideia parece simples. Segundo o autor, atualmente,

os estudos Sociológicos, Antropológicos e Psicológicos, dentre outras ciências, interessaram-se cada vez mais nas posições e na experiência de homens dentro da ordem maior na qual são moldados, pois homens não estão mais sabendo como agir e espera-se que ajam de uma forma completamente diferente daquela como vêm agindo há séculos. Nesse sentido, os homens buscam redescobrir suas identidades masculinas, tentando conseguir um ponto de equilíbrio entre a masculinidade hegemônica, modelo no qual estão habituados a se relacionarem, e os novos modelos de um “novo homem”, que cada vez mais estão sendo exigidos pela sociedade. (Fernandes, 2011, p. 105).

Baseando-se em Connell⁶ o autor usa a expressão *masculinidade hegemônica*, na intenção de se referir a um modelo de masculinidade construído, legitimado e reconhecido historicamente. Modelo que hoje tem sido repensado e neste *devir* tem originado as novas masculinidades. Segundo o autor, são vários os canais pelos quais a hegemonia é estabelecida e difundida, sendo os principais a mídia e as instituições, visto que estas transmitem ideologias, construções e representações coletivas. Há, então, de acordo com a concepção do autor, um modelo que rege a maneira de como um homem deve ser e agir, modelo que está

associado diretamente e principalmente com a heterossexualidade e o casamento, mas também com outros indicadores de conduta social, como autoridade, divisão sexual do trabalho, força, e resistência física. Isso nos leva a pensar que a masculinidade hegemônica se apresenta como uma forma ideal de masculinidade que somente poucos homens poderão alcançar. São duas as possibilidades diretas em relação à masculinidade hegemônica e sua relação com o gênero masculino: a primeira é que muitos homens continuam a se beneficiar delas mesmo não alcançando o tipo ideal de masculinidade; e segundo, que os homens são vítimas da própria construção da masculinidade. (Fernandes, 2011, p. 108).

Sob a ideia de os homens serem vítimas da própria construção da masculinidade, Fernandes (2011) nos faz pensar sobre alguns pontos. O primeiro diz respeito ao fato de que,

⁶ CONNELL, Raewyn. (1985). “Políticas da Masculinidade”. *Revista Educação e Realidade*, 1985, 20(2), 185-206.

na maioria das culturas, a construção da masculinidade se faz regularmente mediante ao desafio dos pares e à “execução/atuação” de uma virilidade permanente. Vigiados por si (individual e coletivamente) e por toda a sociedade, os homens devem demonstrar a sua virilidade – isto é, a sua masculinidade – por meio da rejeição de comportamentos considerados femininos ou afeminados (a agressividade e os comportamentos violentos são, em geral, o recurso encontrado pelos homens “em seu repertório performativo” para fugir disso). Igualmente, devem ter um desempenho sexual satisfatório, o que quer dizer que devem estar sexualmente com mulheres (obviamente, sem dificuldades de ereção, isto é, sem “brochar”) e tornar a informação acerca de tal ato pública (mesmo que isso indique ter relações extraconjugais). Tudo em prol da construção de uma imagem que não se dê espaço para a suspeita de homossexualidade. Desta forma, a virilidade deixa de ser um requisito e passa a se tornar sinônimo da própria masculinidade, com efeito, do que é ser homem. Tem-se, nesse processo, uma tripla violência: uma violência/cobrança dos homens consigo mesmos (no plano individual), uma violência dos homens entre si e uma violência dos homens contra as mulheres e ao que soa feminino. O que há de comum nestes três planos é que todas essas violências possuem o objetivo de mostrar/afirmar e garantir a masculinidade.

Já o segundo aspecto diz respeito a uma “feminilização dos homens”, na qual ao mesmo tempo em que lhe são impostas e cobradas posições tidas como femininas (tais como, demonstrar sentimentos, cuidar dos filhos), este “novo homem” tem que responder ao imperativo que lhe convoca a todo o momento a continuar viril, isto é, a “continuar homem”.

Para Butler (2016), gênero é sempre um ato performativo, que se constitui a partir dos símbolos criados para o feminino e para o masculino em cada sociedade. E a performatividade do gênero envolve dois processos. Um que diz respeito à espontaneidade dos sujeitos e outro que está atrelado à “dureza da norma”, vislumbrando a norma como imperativos que convocam os sujeitos a ser, a pensar e a agir. E qual seria a norma? Para Butler, nossa sociedade está diante de uma “ordem compulsória” que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática (orientação sexual) obrigatoriamente heterossexuais. A autora pontua, desta forma, a “heterossexualidade compulsória” (Butler, 2016, p. 10) como um dos discursos reguladores da dinâmica social. Isto quer dizer que a performatividade do gênero não se desenvolve de maneira livre, pois é regulamentada por uma matriz que pressupõe coerência entre sexo biológico, as atuações de gênero, o desejo e a prática sexual – o que nas palavras de Fernandes (2011) corresponde a ideia da masculinidade hegemônica como um “modelo ideal” (uma matriz) do que é ser homem. Como já colocado,

sexo, gênero e orientação sexual não estão “colados” de modo em que um determinaria ou condicionaria o outro, “[...] não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos” (Butler, 2016, p. 26). No entanto, a questão que fica para os homens é que em relação à performatividade do seu gênero, o imperativo “seja homem” lhe provoca e convoca a comprovar isso a todo instante.

Como já pontuado, se o gênero é sócio-historicamente construído, a masculinidade como uma de suas formas de expressão também o é. O construto de gênero nos permite pensar em sobre como as mulheres e os homens são socialmente construídos. E sob a lógica cultural, o feminino se dá em oposição ao masculino e vice-versa. Se a mulher é o “não-homem”, o homem é o “não-mulher”, o “não-feminino”. Feminino e masculino são categorias opostas e como vimos sob a luz das teorias de gênero, no que diz respeito às relações de poder, hierarquicamente desiguais. Há uma supremacia/hegemonia do masculino – o *falocentrismo*, como considera Butler. E “[...] é muito difícil abandonar papéis históricos e socialmente instituídos como superiores, pois o estranho gera perturbação nas pessoas e grupos sociais por provocar medo da perda das referências habituais” (Fernandes, 2011, p. 105-106). Isso faz perceber que a construção da masculinidade ocorre com base na supressão de necessidades, desejos, sentimentos e formas de expressão potenciais a todos os seres humanos. Fato que convida a pensar na masculinidade como “[...] algo extremamente frágil” (Fernandes, 2011, p. 109).

Welzer-Lang (2001) fundamenta essa discussão na mesma direção dos autores até aqui apresentados. Assim como Fernandes, o autor também pensa na construção da masculinidade mediante ao desafio dos pares e à “execução/atuação” de uma virilidade permanente. Não obstante, Welzer-Lang coloca que este processo de construção das identidades do gênero masculino se dá em um espaço na qual ele denomina de “casa dos homens” (Welzer-Lang, 2001, p. 462), âmbito em que, segundo o autor, os homens desde a terna infância são educados por seus pares para a violência, ou seja, para um modelo de virilidade. A casa dos homens não tem um *locus* físico fixo, ultrapassa as fronteiras do lar e dos espaços públicos, como o pátio da escola, os ambientes de socialização (bares, clubes esportivos) e de trabalho, incluindo aqui, a carreira militar. O autor chama a atenção para o fato que a violência entre meninos escolares, aparentemente inocente, tida como “brincadeira de crianças”, se estende por toda a vida dos sujeitos em questão, no que pode ser pensado e sintetizado como uma espécie de “*script* do que é ser homem”. Então, não se trata de uma

mera rivalidade entre times competidores, ou de uma tensão entre dois homens que disputam o mesmo alvo de paquera (a exemplo de outros cenários aludidos como espaços da casa dos homens). Trata-se de quem detém a masculinidade/virilidade triunfante, isto é, “quem realmente é e provou que é homem – o macho alfa”. “Nem todos os homens têm o mesmo poder ou os mesmos privilégios. Alguns, que eu qualifico de ‘Grandes-homens’, têm privilégios que se exercem à custa das mulheres (como todos os homens) mas também à custa dos homens” (Welzer-Lang, 2001, p. 466). E assim, nesses grupos monossexuados, aos quais os homens são impelidos e inseridos desde a infância, se incorporam as atitudes e os posicionamentos que seguindo esta norma, “transformariam” um sujeito em um “homem”. Na casa dos homens – mas também assim o seria “na casa das mulheres” – a educação se faz por mimetismo. E “[...] o mimetismo dos homens é um mimetismo de violências” (Welzer-Lang, 2001, p. 463). Como já aludido, este não é um processo fácil e indolor, nem todas as regras e instruções do “manual/cartilha do que é ser homem” são claramente verbalizadas. Em um complexo mundo de muitos “não ditos”, um

que alguns anos mais tarde relatam os rapazes já tornados homens, é que essa aprendizagem se faz no sofrimento. Sofrimentos psíquicos de não conseguir jogar tão bem quanto os outros. Sofrimentos dos corpos que devem endurecer para poder jogar corretamente. Os pés, as mãos, os músculos... se formam, se modelam, se rigidificam por uma espécie de jogo sado-masoquista com a dor. (Welzer-Lang, 2001, p. 463).

Cada homem vai individualmente e coletivamente fazer sua “iniciação”. E seguindo a “matriz” da virilidade triunfante – ou da masculinidade hegemônica como defendido por Fernandes (2011) ou da heterossexualidade compulsória colocada por Butler (2016) – se aprende a tentar adequar-se não somente a um padrão de gênero, mas também da própria sexualidade. “A mensagem dominante: ser homem é ser diferente do outro, diferente de uma mulher” (Welzer-Lang, 2001, p. 463). Assim, na socialização masculina, o feminino se torna “o pólo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal) tratado como tal” (Welzer-Lang, 2001, p. 465). E desta forma, o masculino, as relações entre homens são estruturadas na imagem hierarquizada das relações homens/mulheres, na qual se têm os primeiros como superiores/dominadores e as segundas como subordinadas/dominadas. Apresenta-se desta forma outro par binário: as masculinidades heterossexuais, hegemônicas e triunfantes em oposição sobre as masculinidades homossexuais, as quais, ao receberem a “mácula do feminino” são desclassificadas perante as primeiras. São então, os homens homossexuais,

mesmo sem a presença de comportamentos afeminados, considerados inferiores, dominados como as mulheres. “Dir-se-á deles que ‘eles são como elas’” (Welzer-Lang, 2001, p. 465). O efeito dessa percepção de hierarquias entre as masculinidades nada mais é do que uma das muitas formas da homofobia. O ideal viril, heterossexual, por vezes homofóbico e sexista⁷ constroem e fortalecem a identidade e a dominação masculina. E por falar em dominação, cabe lembrar mais uma vez de Butler (2016), com a sua noção de falocentrismo para representar a sobreposição do gênero masculino em detrimento do gênero feminino. Na condição de ser o sistema que rege “o discurso unívoco e hegemônico do masculino” (Butler, 2016, p. 46), o falocentrismo, suprime a multiplicidade subversiva do feminino e ao mesmo tempo de uma sexualidade que rompe com as hegemonias heterossexuais. Assim, não é apenas em relação à dominação masculina que podemos encontrar uma convergência entre os pensamentos de Welzer-Lang e Butler. Enquanto a filósofa defende a ideia da “heterossexualidade compulsória”, o sociólogo caminha na mesma direção utilizando o termo “heterocentrismo”.

Nós estamos claramente em presença de um modelo político de gestão de corpos e desejos. E os homens que querem viver sexualidades não-heterocentradas são estigmatizados como não sendo homens normais, acusados de serem “passivos”, e ameaçados de serem associados a mulheres e tratados como elas. (Welzer-Lang, 2001, p. 468).

Então, Welzer-Lang define a homofobia como a discriminação contra as pessoas que possuem, mas nem sempre explicitamente, características atribuídas ao outro gênero. “A homofobia engessa as fronteiras do gênero” (Welzer-Lang, 2001, p. 465) e o medo de ser taxado como homossexual, isto é, de ter a sua masculinidade/virilidade questionada, aponta para os sujeitos as ações e os limites da performatividade do seu gênero. É claramente a homofobia que se aplica àqueles que não adotam, ou são suspeitos de não adotar os padrões da heteronormatividade do gênero masculino. Assim, no imaginário de um pai, uma criança de apenas oito anos de idade, que gosta de dançar e de executar tarefas domésticas, deve ser “iniciada” no mundo da virilidade por intermédio do seu “instrumento transformador”, a salvaguarda do “caos e do risco da feminilidade”: a violência.

O que se pode sintetizar para concluir a presente seção, é que a masculinidade é construída simultaneamente em dois campos inter-relacionados de relações de poder, que são, a saber, os homens com as mulheres e homens com outros homens, tendo ambos, em comum,

⁷ Welzer-Lang (2005) trabalha com a noção de *sexismo*. No presente artigo toma-se o termo como sinônimo de misoginia, já que também contempla uma postura de desprezo/desvalorização ao sexo feminino.

a “[...] repressão necessária de aspectos femininos” (Scott, 1995, p. 82). O resultado desta construção da masculinidade é a tensão que se estabelece entre ser “homem-macho” e ser “masculino”, mantendo uma constante insegurança entre os homens, capaz de impulsionar uma auto-desvalorização ou uma violência contra outros (homofobia) ou outras (misoginia). A questão-chave por detrás da homofobia e pode-se pensar, igualmente em relação à misoginia é a negação/destruição do estranho/diferente como afirmação de si. Contudo, não basta negar/repudiar o feminino. A ameaça que é apresentada pelo “diferente” faz com que ele também tenha que ser rebaixado, minado, destruído...

Os homossexuais e a hierarquia das masculinidades: homofobia internalizada

Por aqui já se poderia dar por encerrado a discussão sobre as relações entre a construção do masculino e as formas de violências dirigidas às mulheres e aos homossexuais. Contudo, até este ponto se pensou na homofobia, provavelmente, contemplando, com vigor, um homem heterossexual diante de suas dificuldades com quem para ele não corresponde à matriz hegemônica do seu gênero. O que pensar então acerca do homem homossexual? Sob a égide do raciocínio que tem se construído até aqui, concorda-se com Guimarães (2009), quando este pontua que em uma sociedade sexista, machista e heteronormativa, o sujeito homossexual frente à dicotomia do “ser mulher/ser homem” é colocado em um conflito que põe de um lado as expectativas sobre o seu sexo de nascimento e de outro seus desejos e vontades. Durante o seu desenvolvimento, tal sujeito aprende a desenvolver manobras para driblar a falta de reconhecimento e para tolerar a rejeição que deturpa e agride a imagem que se tem de si – aprende-se muito cedo que o que é homossexual tem menos valor. Talvez seja este o motivo que leva Guimarães a falar que o “reconhecer-se homossexual” seja um dos processos mais penosos que um ser humano possa passar.

Nem todo homossexual passa por este processo de “aceitar-se homossexual”, processo internacionalmente conhecido como *coming out* – termo comumente relacionado, aqui no Brasil, com a expressão “sair do armário”. É de fato penoso “aceitar” que se está fora do topo da hierarquia das masculinidades. Há de se bancar as consequências, a sociedade e o próprio indivíduo farão o acerto de contas. Desta forma, conforme salientado por Pereira e Leal (2008), o *coming out* se coloca como um processo de conhecimento e aceitação da identidade sexual que pressupõe uma série de transformações intra e interpessoais. Então, nem todo *gay* “sai do armário”, ou, ainda, nem todo *gay* “sai totalmente do armário”, pode-se fazer isso de uma forma seletiva. Ou seja, há aqueles que se colocam como homossexuais em qualquer ambiente; há aquelas que se colocam como homossexuais em alguns ambientes e

outros não; e há outros que realmente estão em total distonia com a sua sexualidade. Sobre os sujeitos de “armário seletivo” e os ditos “enrustidos”, pode-se pensar que por medo das atribuições e das conseqüências de um estigma, de uma imagem desvalorizada, estes tentam se aproximar, o máximo possível dos padrões hegemônicos que são dados aos indivíduos do sexo masculino. Tenta-se situar nas escalas de maior poder na hierarquia das masculinidades – hierarquia que reitera a heteronormatividade.

Efeito do heterocentrismo, tal hierarquia distingue os dominantes (homens ativos, penetrantes e viris) daqueles que são dominados (penetrados, não triunfantes). Assim, seguindo essa lógica, um homem heterossexual viril, supostamente valeria mais que um homem heterossexual não tão viril, que por sua vez, só por corresponder a heteronormatividade, valeria mais que um homem homossexual viril, que por fim, valeria mais que um homem homossexual não tão viril. Dito de outra forma, e contemplando diversidade dos homossexuais, essa mesma hierarquia poderia ser pensada em torno da prática sexual, na qual o homossexual ativo, também supostamente teria mais valor que o homossexual passivo. A regra é clara, quem detiver o atributo masculino (viril, ativo) será legitimado como o dominador/superior.

Tocando na dificuldade do reconhecer-se, assumir-se e afirma-se homossexual, Pereira e Leal (2005) abordam a noção da “homofobia internalizada”. Esta diz respeito aos aspectos sócio-culturais que são introjetados ou assimilados pelos sujeitos homossexuais que não aceitam a própria homossexualidade – as dificuldades da “(im)possibilidade” do ser homem, “macho, viril” e desejar sexualmente outro homem, simultaneamente –, mas toleram-na e/ou dirigem o seu descontentamento no ambiente, na forma de preconceitos e violências dirigidas a outros homossexuais. Como acrescenta Antunes (2016), a expressão “homofobia internalizada”, quando utilizada cientificamente, geralmente se refere à homofobia que o sujeito homossexual direciona contra si mesmo e contra os demais membros da comunidade LGBT. Para este autor, internalizar significa absorver ou adotar ideias, valores, práticas, comportamentos e hábitos de outrem (ou da sociedade) como se fossem próprios. Isso de modo consciente ou inconsciente, por identificação, mas também como estratégia de adaptação e sobrevivência, pois, “quanto mais o sujeito estiver de acordo com as normas e regras sociais estabelecidas, mais aceitação e respeito terão por parte dos demais membros” (Antunes, 2016, p. 128).

A ideia parece simples: se para os homens heterossexuais afirmarem a sua masculinidade é necessário negar as suas características femininas, “rejeitando e matando

tudo aquilo que possa se identificar com o feminino, o que socialmente pode ser visto como um indício de homossexualidade (Guimarães, 2009, p. 554); para o homem homossexual que tem o mesmo objetivo, a ação não poderia ser diferente. E o recurso comum, “requisito de ouro”, dado como a chave para a virilidade e, conseqüentemente, para a afirmação da masculinidade é a agressividade/violência. Sob este raciocínio é possível dizer que parte dos homofóbicos é composta por pessoas que estão em guerra com elas mesmas e acabam externando esses conflitos e dificuldades contra outros homossexuais que conseguiram vencer as “portas do armário”. E fazem isso, provavelmente tentando afirmar/expressar uma identidade viril. Recorrem à homofobia, à violência contra outros homossexuais como forma de “esconder/disfarçar” a própria orientação do desejo sexual. Contudo, por mais que alguns homofóbicos possam mesmo ser *gays* enrustidos, é importante apontar que isto não é uma regra, não obstante, trata-se de uma generalização perigosa, a qual muitas vezes é recorrida com intenção desonesta, no intuito de desqualificar uma pessoa ou o próprio segmento LGBT. Qualquer indivíduo pode ser homofóbico, considerando que a LGBTfobia é psicossocialmente aprendida. No entanto, cabe aqui apenas reconhecer a ligação entre a homofobia e a cultura cuja matriz heterossexual, como coloca Butler (2016), preza pela estabilidade da “ordem compulsória do sexo/gênero/desejo” (p. 25) e suas artimanhas.

Resgatando a ideia da homofobia, de forma geral, como um dos efeitos da hierarquia das masculinidades e, de modo mais amplo, da distribuição ainda desigual de poder entre masculino e feminino, entende-se que a categoria da homossexualidade parece enquadrar os sujeitos que ocupam um lugar fronteiro entre os gêneros, por serem desviantes da norma heterossexual (heterossexualidade compulsória como normativa social). Esta categoria seria então enquadrada na lógica da dominação heterossexual/homossexual como oriunda da relação homem/mulher, ou mais adequadamente, no que se refere à situação em questão, do masculino como superior ao feminino.

Considerações finais

A partir de uma leitura crítica, os casos de homofobia e violência contra as mulheres aos quais temos nos defrontado cotidianamente (seja através dos noticiários ou da realidade que nos rodeia), não podem ser meramente tratados como preconceito ou como uma “dificuldade interna dos homens”. A categoria analítica de gênero auxilia a perceber que a dinâmica da questão permeia um sistema que regula a ordem e as identidades de mulheres e homens em diversas sociedades. Ordem que atribui à identidade masculina “triumfante e viril” uma posição superior as masculinidades “desviantes” e as feminilidades.

Se o gênero é performatividade, passou-se do momento de se questionar a violência que faz parte do “*script* do que é ser homem”. Já se sabe que a delicadeza e a passividade não são inerentes à mulher, tão menos a violência e a virilidade são inerentes aos homens. Não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas, e são controladas nisso, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade. Mas chega! Não há justificativa para a violência e não podemos correr o risco de naturalizá-la frente a determinantes biológicos ou a condicionantes culturais. A violência não faz e não torna ninguém homem. Mas pelo contrário, constrói monstros.

Localizar a violência masculina no âmbito da cultura consiste em um grande equívoco, pois ao naturalizarmos-la, desta forma, encerramos-la em si, como se fosse algo imutável e ainda justificamos e autorizamos o seu uso. O caminho não é esse, nada disso é natural. Há de se pensar nas relações, na desigualdade da distribuição de poder. Não pode ser visto como “causa perdida” a erradicação de tais formas de violência. Do mesmo modo, também não é pecado repensar a “cristalização” de sujeitos dentro de categorias binárias que lhes fornecem papéis sociais (de gênero) a desempenhar. Hoje, mais do que nunca, podemos ter a certeza que não existem modos únicos de ser mulher e de ser homem. A construção de novos sujeitos – isto é, de novas feminilidades e masculinidades – é desafio para toda a sociedade. Nesse mesmo patamar, igualmente podem ser colocadas as lutas contra a misoginia e contra a homofobia. Ações que, enquanto forem necessárias, devem ser contínuas. Como campo de teorização e intervenção a Psicologia tem muito a contribuir em tais empreendimentos. E parece que assim, gradualmente, tem sido feito. Mesmo que ainda a passos lentos, ciência e sociedade têm-se reposicionado.

Como já mencionado, atualmente se assiste a um momento de transformação no qual o homem está revendo os valores que sustentam a sua concepção de masculinidade. Há um “novo homem” sendo construído, sujeito que está disposto a rever a forma pela qual encara a realidade relacional e, portanto, demonstra que está aberto às novas possibilidades de construção da sua masculinidade. Um homem que tem aprendido que é com respeito e igualdade que se faz e se torna homem. E isso também é uma conquista do movimento feminista e dos rumos que têm tomado os debates sobre gênero, ao possibilitar novas formas de contemplar a mulher e o homem, permitindo uma compreensão renovadora e transformadora de suas diferenças e desigualdades. Resta agora continuar com a luta!

Referências

Antunes, P. P. S. (2016). *Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo*. Tese de doutorado, Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

Butler, J. (2016). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. (10a. ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Fernandes, L. A. B. (2011). Da masculinidade. *Revista Epistheme*, 1(1), 101-122.

Grupo Gay da Bahia. (2017). *Relatório 2016: assassinato de LGBT no Brasil*. Bahia. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

Guimarães, A. F. P. (2009). O desafio histórico de “tornar-se um homem homossexual”: um exercício de construção de identidades. *Temas em Psicologia*, 17(2), 553-567.

Kahhale, E. M. S. P. & Rosa, E. Z. (2009). A construção de um saber crítico em psicologia. In: Bock, A. M. B. & Gonçalves, M. G. M. *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica* (pp. 19-53). São Paulo: Cortez.

Pereira, H. & Leal, I. P. (2005). A identidade (homo)sexual e os seus determinantes: Implicações para a saúde. *Análise Psicológica*, 23(3), 315-322.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.

Strey, M. N. (1998). “Gênero”. In: Strey, M. N.; Pedrinho A. G.; Jacques, M. G. C.; Carlos, S. A. & Bernardes, N. M. G. (eds.). *Psicologia Social Contemporânea* (pp. 181-198). Petrópolis: Vozes.

Teixeira Filho, F. S. (2012). A construção social das diferenças nas (homos)sexualidades e suas relações com a homofobia. In: Souza, L. L.; Galindo, D. & Bertoline, V. (eds.). *Gênero, corpos e ativismo*. (pp. 83-109). Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso.

Torrão Filho, A. (2005). Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, 24, 127-152.

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482.

“ESO TE HACE MÁS HOMBRE?” REFLEXIONES SOBRE LA HOMOFOBIA Y LA MISOGINIA A PARTIR DE LA CATEGORÍA ANALÍTICA DE GÉNERO

Resumen: En este artículo se discute acerca de la construcción social de la masculinidad y la violencia dirigida a homosexuales y mujeres. El uso de algunas contribuciones del concepto de género, consagrado por el movimiento feminista y adoptado por la Psicología Social,

reflexiona sobre cómo el hombre en la expresión de su virilidad, muchas veces, externaliza sus dificultades en actos de prejuicio y violencia dirigidos a los homosexuales (homofobia) y/o mujeres (misoginia). De este modo, el texto analiza la violencia como un recurso utilizado por los hombres para replantear su propia masculinidad y anota, por otro lado, la construcción de nuevos modos de ser un hombre que parece que quiere deshacerse de los cargos de la virilidad. Por último, se presenta el concepto de homofobia internalizada, tomando como reflexión clave el movimiento realizado por el sujeto que utiliza la homofobia como una forma de “ocultar/disimular” su propia orientación sexual, problematizando este concepto al considerar las artimañas del orden obligatorio de la heteronormatividad en la sociedad contemporánea.

Palabras clave: Masculinidades. Homofobia. Misoginia. Género. Psicología Social.